

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DA DEMOCRACIA

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Collucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Desfecho inglório

Aposta de Joe Biden é que danos à imagem na retirada do Afeganistão acabarão absorvidos

A mais longa guerra já travada pela maior potência militar da história acabou oficialmente nesta segunda (30), quando o último avião de transporte americano deixou Cabul com as forças remanescentes da caótica retirada após duas décadas de presença no país asiático.

Quanto às imagens de caos e desespero na pista do aeroporto da capital afgã, os mortos estrangeiros e americanos no grande atentado da quinta (26) e a humilhação de mais uma derrota pesaram para Joe Biden é incerto.

Evidente no momento é o fim da lua de mel entre o presidente e o eleitorado que se cansou de Donald Trump em novembro de 2020, como a queda da popularidade do democrata para o nível desde sua posse atesta.

O desempenho do presidente, que se amparava no aferível fastio americano ante uma guerra insulável, mostrou-se desastroso durante toda a crise terminal afgã.

Primeiro, acelerou a saída confiando que as Forças Armadas de Cabul segurariam o Talibã ao menos por algum tempo. A ofensiva final dos fundamentalistas engoliu o país em duas semanas.

Depois, conduziu uma retirada complexa sem um plano coerente em mãos, gerando uma crise humanitária instantânea. Para piorar, revelou a inexistência de empatia em seus comentários sobre o desenrolar da crise.

Na semana passada, ainda viu quase 200 pessoas morrerem pelas mãos de um inimigo do qual poucos haviam ouvido falar. E 13 delas voltaram aos EUA em caixões enrolados em bandeiras.

Como se não bastasse, Biden tem sua retórica triunfalista sobre a Covid-19 desafiada pelo avanço da variante delta e, numa sinistra coincidência, precisa lidar com um furacão em Louisiana — a mancha da crise do Katrina em 2005 para o homem que começou a guerra ora finda, George W. Bush, foi indelével.

Seus rivais republicanos afixam as facas, de olho nas eleições congressuais do ano que vem. Limitados conceitualmente, já que a retirada afgã foi arquitetada por Trump, deverão focar o aspecto de competência gerencial.

O democrata parece disposto a pagar a aposta, cioso da curta extensão da memória do eleitorado e colocando mais peso no apoio que a retirada galvanizou.

Os EUA de 2021 não estão lidando com um trauma nacional da magnitude da derrota no Vietnã, em 1975. A velocidade da sociedade desconectada e o cinismo de quem se acostumou a perder guerras sem ameaças existenciais consequentes fazem o resto.

Pode dar certo para Biden, a depender da eficácia dos oponentes em denunciá-lo ao eleitorado pendular que define pleitos. Ou poderá ser, na pior hipótese, a sua Saigon.

A ideia fixa de Lula

Com discurso tortuoso que soa a tentação autoritária, petista insiste na regulação da mídia

Em pré-campanha à Presidência, Luiz Inácio Lula da Silva volta a se equilibrar entre as exigências da política real e as bandeiras destinadas a mobilizar a militância petista. Enquanto viaja pelo país a restabelecer pontes com forças até outro dia tratadas como golpistas, achou tempo para retomar a cantilena da regulação da mídia.

A bem da verdade, esse é um tema em que as preferências do pragmático cacique e das correntes ideológicas da sigla coincidem. Lula convive mal com a crítica e a co-brança, que dirá com o relato de demandas, e correligionários ambicionam aplicar suas teses dirigistas aos meios de comunicação.

Não se sabe ao certo qual é a proposta desta vez. Em declarações recentes, o ex-presidente citou com argumento uma suposta perseguição da imprensa ao venezuelano Hugo Chávez, numa total inversão dos fatos. Vangloriou-se, em outro momento, de que seu governo multiplicou o número de veículos beneficiários de verbas públicas.

Disse que não deseja o modelo cubano ou chinês de regulação, mas o inglês ou o alemão. E defendeu normas para que a internet "se transforme em uma coisa do bem".

Nessa mixórdia não se compreende se o plano é combater mono-

pólios, um objetivo correto, usar dinheiro do Estado para favorecer coberturas favoráveis, uma má política, ou intervir sobre conteúdos — o que é inadmissível.

Em seu governo Lula tentou criar um tal Conselho Federal de Jornalismo, voltado a "orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de jornalista e da atividade do jornalismo". A propositura, enterrada pelo Congresso, mal disfarçava suas intenções censórias.

A Constituição já estabelece com clareza o que é relevante para a atividade jornalística — garantia da livre manifestação de pensamento e do acesso à informação, tendo como contrapartidas o direito de resposta e indenizações por eventuais danos provocados.

Profissionais e veículos estão sujeitos aos rigores da lei em casos de erros, abusos e condutas delituosas. Descabida é a censura prévia, deploravelmente ainda encontrada em decisões judiciais como as que nos últimos dias atingiram O Globo, Piauí e RBS TV.

É também desejável, como defende esta Folha, que jornais articulem alguma instância de autorregulamentação, como no setor publicitário. Para além disso, discursos tortuosos e propostas obscuras soam a tentação autoritária.



Resistência jurídica

Hélio Schwartzman

Roberto Jefferson poderia ter sido preso? Inquéritos abertos pelo STF para investigar apoiadores de Jair Bolsonaro são teratoma jurídicos? O deputado Daniel Silveira pode ser considerado um preso político? Os ministros do Supremo estão extrapolando? Essas perguntas comportam dois níveis de respostas.

Se estivéssemos numa espécie de playground kelseniano, onde as normas jurídicas são aplicadas de forma totalmente abstrata, eu faria restrições a várias das decisões da corte ou, pelo menos, cobraria fundamentações mais detalhadas. Não há dúvida de que Jefferson ameaçou ministros, mas estamos lidando com ameaças críveis ou com um caso psiquiátrico? Será que o STF não alargou demais o dispositivo do regimento interno (RI) que autoriza a abertura de inquéritos "ex officio"? O artigo 43 do RI, afinal, limita essa capacidade a infrações cometidas "na sede ou dependências do tribunal".

O ponto é que não estamos num universo de puras abstrações. No

mundo em que vivemos, essas decisões do Supremo, apesar de controversas, podem ser descritas como reações legítimas ao vandalismo institucional de Jair Bolsonaro e seus apoiadores, que não serão contidos pelo respeito abstrato à lei.

O ideal seria jamais ter posto uma pessoa com a ficha corrida de Bolsonaro na Presidência da República. A segunda melhor resposta teria sido destituí-lo por crimes de responsabilidade assim que ele os cometeu. A terceira teria sido encarcerá-lo pelas infrações penais comuns que perpetrara. O país, porém, devido a uma funesta combinação de fatores, fracassou em dar essas respostas. Assim, só nos resta aplaudir o STF por pelo menos esboçar uma resistência às pretensões golpistas dos bolsonaristas.

Os legalistas empedernidos podem dormir tranquilos. A grande vantagem do formalismo que caracteriza o mundo jurídico é que qualquer interpretação que o STF dê a um dispositivo é por definição a correta. helio@uol.com.br

Violência contra os indígenas

Cristina Serra

O Supremo Tribunal Federal retoma nesta semana, finalmente (!), o julgamento de contravenção que precisa ser pacificada para que os povos indígenas tenham segurança jurídica sobre a posse de seus territórios.

O cerne da discussão é o chamado marco temporal, conceito que reconhece apenas o direito às terras ocupadas pelos indígenas até a data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. O marco temporal distorce o texto constitucional e ignora o histórico secular de agressões contra os povos originários, banidos de suas terras, caçados e mortos como animais.

No livro "Subvertendo a Gramática e Outras Crônicas Socioambientais", Márcio Santilli, ex-presidente da Funai e ativo participante do processo constituinte, conta como se chegou à expressão consagrada no "Capítulo dos Índios". Sob pressão de lobbies pesados, como o das mineradoras, os constituintes não saíram do impasse sobre a definição do direito dos indígenas à terra. Alguns defendiam "terras ocupadas".

Outros preferiam "terras permanentemente ocupadas".

Santilli procurou o então senador Jarbas Passarinho, ex-ministro da ditadura e líder da direita na constituinte. Foi ele que resolveu o dilema, ao criar a fórmula de "terras tradicionalmente ocupadas". "A ambiguidade da palavra 'tradicionalmente' foi um ovo de Colombo, admitindo uma leitura antropológica — "conforme a tradição" — e outra cronológica — "por tempo suficiente para serem tradicionais", analisa Santilli. Era um tempo em que adversários construíam consensos com um mínimo de lealdade para que o país avançasse.

A tese do marco temporal é retrocesso civilizacional, que só beneficia criminosos: grileiros, desmatadores, garimpeiros, o agronegócio predatório. Contra o poder econômico de megacorporações, os indígenas estão mais uma vez em Brasília, em vigília de resistência. A admissão do marco temporal seria uma violência contra eles e uma desonra para quem ainda a credita que o Brasil pode ser um país decente.

A metamorfose dos botequins

Alvaro Costa e Silva

Deu na coluna do Anelmo: um bar da rede Belmonte, recém-inaugurado em Ipanema, cobra R\$ 150 (por pessoa) de consumação mínima só para ficar no terraço e desfrutar a vista da praia. A nota considera o preço "salgado". Salgada é a água do mar; essa prática tem outro nome.

Quando Ipanema era "só felicidade", esbanjava botequins. Autênticos pés-sujos, categoria hoje em extinção, com bebês folclóricos, ovo colorido, imagem de São Jorge na parede e o lembrete fatal: fado só amanhã. O Mosca, na Rua Vinícius de Moraes, quase na Lagoa, é tido e havido como o pior boteço do bairro. Mas para mim, que o frequentei no tempo de estudante, foi um oásis com miragens de ovos cor-de-rosa.

Na esquina da avenida Vieira Souza com a rua Rainha Elizabeth, o Mau Cheiro era moda nos anos 60. Até que a turma do Cinema Novo, que em suas mesas bolou a estética da fome, cometeu a ingratidão de abandoná-lo. Perdido o charme, virou Barril 1800, metamorfoseado em

bar de turista. Ao lado, surgiu o Castelhino. Com guarda-sóis na calçada e um bando de gente usando sunga e biquíni, era um lugar de, como se dizia na época, paquera. Mas o Castelhino nunca foi um boteço raiz.

O Veloso, na antiga rua Montenegro, sim. Atual Garota de Ipanema, existe desde 1945. Era uma mercearia chamada O Botineiro, onde se vendia pinga no balcão — aprendi isso lendo "Ela é Carioca", o livro de Ruy Castro. Tom e Vinicius fizeram do Veloso um posto de observação da vida. Em 1962, os dois viram a garota entrar para comprar cigarros para a mãe dela... O botequim jamais seria o mesmo. Apesar da fama, não cobra consumação. Você pode disfarçadamente pegar o copo, andar uns poucos metros e chegar à praia.

Se vier o propalado golpe, no futuro fará uma enquete: "Onde você estava no Sete de Setembro de 2021?" Um cidadão poderá responder: "No Belmonte. Paguei R\$ 150 e fiquei olhando as ilhas Gargarras. O chope estava horrível".

7 de setembro

Guilherme Boulos

Professor, militante do MTST e do PSOL. Foi candidato à Presidência e à Prefeitura de São Paulo. Escreve às terças

Quando, em 7 de setembro de 1822, dom Pedro deu o grito da independência às margens plácidas do rio Ipiranga, mal poderia imaginar que a data seria utilizada para conflagrações golpistas dois séculos depois. Bolsonaro tenta provocar o caos no dia que marcou o fim do colonialismo português.

Sua estratégia é a da fuga para a frente. Diante da queda de apoio social e com as investigações golpistas a seu círculo mais próximo, ele opera uma famosa formação reativa freudiana: converte medo em agressividade. Se tem medo de perder as eleições, ameaça cancelar o pleito. Se tem medo de ir para a cadeia, chama a polícia e o Exército para suas aventuras golpistas. O problema é que, ao sempre dobrar a aposta, Bolsonaro não tem mais ponto de recuo. Ou vai ou racha.

Ele mesmo se deu conta disso ao falar de suas três alternativas: prisão, morte ou vitória. Convenhamos, temos mesmo dramalhão um avanço em relação a 2018, quando, na mesma avenida Paulista em que pretende discursar no dia 7, ele disse que a oposição teria três alternativas: "cadeia, exílio ou a ponta da praia". O vaticínio voltou-se contra si próprio. Sinal da tragédia que é seu governo.

Mas as ameaças bolsonaristas precisam ser levadas a sério. Há pouco tempo, quando falávamos de risco de golpe, a resposta era um sorriso de canto, como quem se desparasse com ingênuas teorias conspiratórias. Bolsonaro se enarregou de mostrar de que lado estava a ingenuidade. Seu discurso tem eco em setores das Forças Armadas e das polícias militares. Mas até aqui não há fratura exposta. A maior ameaça está naqueles que ele pode utilizar como milícias privadas, que são os bolsonaristas que frequentam clubes de tiro e que ele armou até os dentes com sucessivos decretos. Foi para eles a mensagem do "todo mundo tem que comprar fuzil, pô".

A questão é como reagimos a essa ofensiva desesperada. Há aqueles que, placidamente, como as margens do Ipiranga, preferem apenas confiar na resiliência das instituições democráticas, como se elas fossem rochas impávidas, imunes à pressão social. Logo elas, as instituições brasileiras, que demonstraram tamanha disfunção nos últimos anos.

Quando os bolsonaristas estiveram sozinhos nas ruas, sem oposição, mostraram que a barbárie não tem limites. Chegaram à ousadia de agredir enfermeiras, na praça dos Três Poderes, em meio à pandemia. Espancaram jornalistas em manifestações. Definitivamente, as notas de repúdio e a omissão não são os meios mais eficazes para conter um golpe. É preciso estar nas ruas, fazer valer a maioria social. Sem cair em provocações, sem estimular o conflito, que só a eles interessa, mas sem nos deixarmos intimidar pelas ameaças de violência.